



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**SARA FABRICIA TEIXEIRA**

**SENSIBILIDADES, DESAFIOS E CONQUISTAS NA LUTA CONTRA A EXCIÇÃO  
GENITAL FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DO COMITÊ  
NACIONAL PARA ABANDONO DAS PRÁTICAS NEFASTAS  
À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA (CNAPN)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**SARA FABRICIA TEIXEIRA**

**SENSIBILIDADES, DESAFIOS E CONQUISTAS NA LUTA CONTRA A EXCISÃO  
GENITAL FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DO COMITÊ  
NACIONAL PARA ABANDONO DAS PRÁTICAS NEFASTAS  
À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA (CNAPN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fanny Longa Romero.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**SARA FABRICIA TEIXEIRA**

**SENSIBILIDADES, DESAFIOS E CONQUISTAS NA LUTA CONTRA A EXCISÃO  
GENITAL FEMININA NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DO COMITÊ  
NACIONAL PARA ABANDONO DAS PRÁTICAS NEFASTAS  
À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA (CNAPN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção de título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em 30 de janeiro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Fanny Longa Romero (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

**Profa. Dra. Caterina Alessandra Rea (Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

**Profa. Dra. Rutte Cardoso Andrade (Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

## SUMÁRIO

|          |  |    |
|----------|--|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>  | 5  |
| <b>2</b> | <b>JUSTIFICATIVA</b>   | 8  |
| <b>3</b> | <b>PROBLEMA DE PESQUISA</b>                                    | 10 |
| <b>4</b> | <b>OBJETIVOS</b>   | 12 |
| 4.1      | GERAL  | 12 |
| 4.2      | ESPECÍFICOS  | 12 |
| <b>5</b> | <b>HIPÓTESES</b>   | 12 |
| <b>6</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>                                     | 13 |
| <b>7</b> | <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>                             | 18 |
| <b>8</b> | <b>LEVANTAMENTO E ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS DE PESQUISA</b> | 20 |
| 8.1      | CRIAÇÃO DO COMITÊ NO MARCO DA IV CONFERÊNCIA DE BEIJING        | 20 |
| 8.2      | BARREIRAS ENFRENTADAS PELO COMITÊ                              | 21 |
| 8.3      | SENSIBILIZAÇÃO ATRAVÉS DE ESCOLARIZAÇÃO                        | 21 |
| 8.4      | O PAPEL SOCIAL DOS "ANIMADORES"                                | 23 |
| 8.5      | NO PLANO LEGAL: OS SENTIDOS DA LEI 14/2011, DE 6 DE JULHO      | 24 |
| 8.6      | NO PLANO POLÍTICO-INTER-RELIGIOSO                              | 25 |
| 8.7      | NO PLANO RELIGIOSO DO ISLÃ: IMAMES                             | 26 |
| 8.8      | NO PLANO DA TRADIÇÃO: AS <i>FANATECAS</i>                      | 27 |
| 8.9      | O COMITÊ QUER CONQUISTAR TODO O PAÍS E REGIÕES                 | 28 |
| <b>9</b> | <b>CRONOGRAMA</b>  | 29 |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>   | 30 |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a atuação do Comitê Nacional para Abandono das Práticas Nefastas à saúde da Mulher e da Criança (CNAPN), com relação ao fenômeno social da excisão genital feminina na Guiné-Bissau<sup>1</sup>. A pesquisa tem ainda a intenção de conhecer os desafios e as conquistas do CNAPN na implementação das políticas de combate à excisão genital feminina no território guineense, conforme as propostas de ação e intervenção social (GUERRA, 2003), dessa organização civil na realidade do país. Trata-se de um projeto de pesquisa exploratório com uma aproximação inicial de levantamento e análise de dados, a partir de pesquisa participante, em contexto situado.

O CNAPN é uma organização civil sem fins lucrativos. Tem como característica ser semipública, criada inicialmente pelo governo do país, em 1995, e "integra as organizações da sociedade civil, vocacionadas para a defesa dos seus objetivos, instituições religiosas e individualidades de reconhecidas reputações que integram as suas estruturas".<sup>2</sup> O CNAPN tem como missão

a luta pelo abandono de todas as práticas nefastas que atentam à saúde da mulher e das crianças tais como a excisão (fanado de *mindjeris*, o casamento precoce e forçado, a violação doméstica, a violação sexual, a não escolarização das raparigas, o fenômeno de crianças *talibes*<sup>2</sup>, o trabalho infantil, o sistema tradicional de herança através da promoção do respeito pelos direitos humanos e a equidade de gênero, e da integração da mulher como membro de pleno) (CNAPN<sup>3</sup> *itálicos nossos*).

O CNAPN é tutelado pelo Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social do governo do país, e se organiza a partir de: presidente, vice-presidente, coordenadora de

---

<sup>1</sup> A Guiné-Bissau fica na costa ocidental da África, restrita ao Norte, pela República do Senegal, a leste, pela República da Guiné Conacri, e, a Oeste, pelo Oceano Atlântico. O país "tem uma área continental e a outra insular na sua maioria ocupada pelas ilhas dos Bijágos, ilha de Jeta, Pecixe e de Como. O seu interior é caracterizado por regiões mais quentes sendo parte leste a zona de planaltos" (SEMEDO, 2005, p. 2). <sup>2</sup> Disponível em: <http://cnapn.blogspot.com/p/sobre-nos.html>. Acesso em 17 de jan. 2023.

<sup>2</sup> A categoria *talibes* refere-se a uma identidade social no universo das confrarias ou irmandades religiosas de ordem muçulmana. No modo como é visto por essa organização civil refere-se a crianças atreladas à instrução do Alcorão nas escolas corânicas e ao fenômeno da mendicância nas ruas para pedir comida e outros objetos. De modo mais amplo, trata-se de pessoas que têm "referência à identidade social com significado próximo à noção de discípulo... se configura como mecanismo de adesão e lealdade às daaras (escolas corânicas) e, fundamentalmente, às práticas e ensinamentos transmitidos pelos marabouts ou líderes espirituais) (ROMERO, 2016, p. 73).

<sup>3</sup> Disponível em: <http://cnapn.blogspot.com/p/sobre-nos.html>. Acesso em 17 de jan. 2023. Todavia, o CNAPN contempla diversos objetivos referidos ao combate da prática da excisão genital, orientadas à saúde, integridade física e moral, atendimento à população juvenil, entre outras.

programas, coordenadora de projetos, mobilização e diálogo comunitário, direção, motorista e estagiários.<sup>4</sup>

A excisão genital feminina, chamada também pelo Comitê de Mutilação Genital Feminina (MGF)<sup>5</sup>, é definida por essa organização nos termos de "operação, sunna, circuncisão feminina, fanado, excisão, circuncisão faraônica, prática tradicional nefasta". Nas explicações da página oficial do CNAPN consta que a excisão ou mutilação "consiste na realização de diferentes tipos de cortes da vagina/vulva da menina, rapariga e/ou mulher por motivos associados à religião, tradicional e/ou cultura" e mais extensamente a prática consiste em "todas as intervenções que envolvem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos por razões não médicas" (CNAPN).<sup>6</sup>

O CNAPN, ao longo do tempo vem trabalhando com diferentes comunidades, que praticam a excisão genital feminina, e a comunidade guineense como um todo, sensibilizando-as sobre as dificuldades que as mulheres e crianças enfrentam depois de realizarem tal prática. Em sentido amplo, a "Missão" do Comitê, acima mencionada, busca descortinar os repertórios do sistema patriarcal no contexto da África, em fase de "desconcertar o próprio sentido da domesticidade e o propósito da identidade das mulheres africanas" (TAMALE, 2004, p. 29). Todavia, os desafios e as conquistas do CNAPN se atrelam a um paradoxo, como refere a autora, "o fato de que a consciência e os espaços das mulheres foram ampliados através de suas responsabilidades e dificuldades aumentadas. Assim, *a necessidade, para as mulheres africanas, tem sido verdadeiramente a mãe da intervenção*" (TAMALE, *op.cit.*, p. 29, *itálico nosso*).

No contexto da Guiné-Bissau, essa organização conseguiu uma parceria com alguns líderes da religião muçulmana e outras pessoas da mesma religião que vêm colaborando com a organização no processo de conscientização sobre essa prática. É possível pensar que há duas visões a respeito do fenômeno social da excisão genital, para uma parcela da população que o praticam lhe enxerga como um ato cultural valioso, um "ritual social" (DURKHEIM, 1996; TURNER, 2013), que precisa ser feito e deve continuar em termos da "tradição" (KI-ZERBO, 2010); por outro lado, principalmente para as comunidades não praticantes e externas, enxerga-

---

<sup>4</sup> A composição do CNAPN se estrutura da seguinte maneira: Estruturas Públicas (Ministério da Mulher e da solidariedade social; Ministério da educação nacional; Ministério da saúde pública; Ministério da justiça); Sociedade Civil (ONGs e associações a base comunitária; Associação Religiosas Islâmicas). O Comitê também tem como apoio diversos parceiros, tais como: Governo, Agências do Sistema das Nações Unidas e ONGs Internacionais sediadas no país. Disponível em: <http://cnapn.blogspot.com/p/sobre-nos.html>. Acesso em 17 de jan. 2023.

<sup>5</sup> Neste projeto faremos uso das duas designações, sem distinção.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://cnapn.blogspot.com/p/mgf.html>. Acesso em 17 de jan., 2023.

o como uma violência, prática que viola os direitos humanos e a liberdade da pessoa que passou por tal ritual.

Neste trabalho, buscamos compreender as diferentes sensibilidades que atravessam o fenômeno da mutilação dos órgãos genitais femininos. Todavia, consideramos a Lei 14/2011, sancionada pelo ex-presidente da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, no dia 05 de julho de 2011, que concretizou a luta de diversos movimentos e organizações civis contra a mutilação genital feminina e se contempla como uma vitória alcançada pelo CNAPN no decorrer de sua atuação.<sup>7</sup>

O contexto social desta pesquisa atende a um recorte espacial no território guineense. Culturalmente, a Guiné-Bissau é marcada por um diverso tecido social, étnico e linguístico, tendo também presença de várias manifestações religiosas, em que dentre elas se destacam os de modelo tradicional africano, islâmico ou Islã (e suas diversificações sócio-históricas), cristãos (católicos e protestantes), dentre outros (ateus, por exemplo).

Perante este cenário, torna-se desafiador para diversos agentes sociais (Estado, organizações civis, comunidades locais, organizações sociais de mulheres, associações religiosas, entre outros), compreender e construir estratégias sobre a prática da excisão genital no país, seja para limitar e abandonar sua ação, seja para dialogar com os vínculos tradicionais do modo de vida local; assim também se elevam os desafios desta pesquisa. Nesta pesquisa, buscaremos problematizar na análise a perspectiva de gênero, em atenção à diversidade de identidades e à interseccionalidade crítica (TAMALE, 2004; COLLINS e BILGE, 2021), e o papel social de líderes religiosos muçulmanos, com relação ao fenômeno da excisão genital feminina. Pressupomos que essas questões se entrelaçam com os contextos sociais de incidência do fenômeno social da prática da mutilação em mulheres e nas dimensões étnicas, culturais, religiosas, tradicionais, classificações de classe, idade, de grupos sociais diversos no país.

A excisão genital, como prática cultural, tem sido chamada na língua crioulo da Guiné-Bissau como *fanado di mindjeris* (mutilação de mulheres) – é olhada como um caminho para a vida adulta. Este fenômeno constitui o foco principal deste trabalho, observando de perto a atuação e as intervenções sociais do Comitê, que se debruça em explicar aos grupos que realizam este tipo de ato, as consequências e os riscos que esta prática pode causar na saúde das mulheres e crianças. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Mutilação Genital Feminina (MGF) é um ato que viola "uma série de princípios, normas e padrões de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://fecongdo.org/pdf/crianca/LeicontraExcisao.pdf>. Acesso em 10 de dez., 2022. Esse documento foi publicado no Boletim Oficial nº 27 de 6 de julho de 2011.

direitos humanos" (OMS, 2009, p. 11). Para a OMS, a MGF "está reconhecida como discriminação com base no sexo porque se fundamenta em desigualdades de gênero e desequilíbrios de poder entre homens e mulheres e inibe as mulheres do exercício completo e igual usufruto dos direitos" (OMS, 2009, p. 12).

Segundo o entender do Comitê, a mutilação genital é uma prática nefasta, chamada na Guiné-Bissau de *fanado*. Essa prática, muito remota, é também compreendida, em uma história de longa duração, como um costume cultural herdado dos anciões. Todavia, é conhecida como um "rito de passagem" (TURNER, 2013), de uma fase da menina para uma mulher adulta, realizada por certos grupos étnicos na Guiné-Bissau, tais como: Fula, Mandinga, Beafada, Saracóle e Nalú. Legalmente, a excisão genital, de acordo com Lopes (2015), refere-se à violação dos direitos das mulheres e crianças, apesar de feita em vários países africanos. E, na Guiné-Bissau, esse tipo de ato é realizado pelas mulheres chamadas *fanatecas* (DANFA, 2017; BALDÉ, 2022; PRAZERES, 2018), elas que são responsáveis, pela "tradição cultural", em realizar o corte genital em meninas e mulheres.

A maioria das mulheres que passam pelo processo da prática da excisão são mulheres das zonas rurais do país, de orientação religiosa muçulmana, que vivem na zona leste da Guiné-Bissau, nas localidades de Bafatá e Gabú. Essas mulheres são de classe baixa, pretas, desempregadas, e pertencem às etnias Fula, Mandinga, Biafada e Nalú. No caso das crianças compreendem idades de 0 a 14 anos, e nas mulheres adultas de 15 a 45 anos. Portanto, mulheres e crianças relacionadas diretamente com a mutilação genital perpassam relações sociais de identidades interseccionais de gênero, raça, etnia, origem, idade, sexualidade, religião e domesticidade, entre outras (COLLINS; BILGE, 2021, TAMILE, 2004).

Este projeto busca pôr em evidência diversas sensibilidades sociais, em atenção aos desafios e conquistas do CNAPN, situados em contexto.

## **2 JUSTIFICATIVA**

O meu interesse pela temática da pesquisa surgiu quando estava morando em Bissau, capital do país. Nesse contexto, participei em 2015 de uma prova para concorrer a uma bolsa de estudos na UNILAB, Brasil. O tema da redação da prova consistia em falar sobre a excisão genital feminina, nos Países Africanos da comunidade de Língua Portuguesa (PALOP). Foi



então que eu tive contato pela primeira vez com o assunto, em termos analíticos.<sup>8</sup> No entanto, como sou de nacionalidade guineense, mesmo morando em uma zona urbana, a realidade social da MGF é conhecida e vivida por muitos moradores.

Quando ingressei na Unilab, a motivação pelo tema aumentou através das discussões e debates em sala de aula, em especial, nos componentes: África e Diáspora, Antropologia, Sociologia, Gênero, raça e sexualidade nas ciências sociais, entre outros. Foi através desses estudos que comecei a entender e problematizar na análise a importância de pesquisar sobre a temática, neste caso, pelo viés das ciências sociais, com foco especial em: direitos humanos, direitos das mulheres e crianças, em perspectiva de gênero e da interseccionalidade como teoria crítica, religião islâmica e organizações da sociedade civil.

Esta pesquisa busca sensibilizar a sociedade como um todo sobre a importância do estudo da prática da excisão genital feminina como fenômeno social, no contexto da África do Oeste. A relevância analítica do estudo ganha sentido, em especial, na sociedade guineense, a partir de debates e propostas de sensibilização na discussão de gênero, direitos humanos, violência, intervenção social, organizações civis, religiosas, diversidade cultural, entre outras temáticas.

A excisão dos órgãos genitais femininos é um tema que tem sido desenvolvido, de forma recorrente, em diversas pesquisas no seio do curso de Bacharelado em Humanidades e de Ciências Sociais, da UNILAB. Todavia, outros autores têm abordado, a partir de diferentes recortes, o tema, no entanto, observamos nesses trabalhos que a ênfase recai, sobretudo, em um debate da excisão feminina no tecido social da tradição e das *fanatecas*.<sup>9</sup> Mesmo reconhecendo a importância desses estudos, a nossa pesquisa pretende dar uma contribuição diferente sobre o tema, e pensamos, inovadora, para academia, porque visa focar na investigação da atuação e das ações de uma organização civil -CNAPN-, inicialmente criada pelo governo, tutelada por instâncias oficiais como o Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social e com importantes parcerias, construídas em escala global e local, como a Organização das Nações Unidas (ONU), líderes religiosos muçulmanos (*Imanes*) e associações comunitárias do país. Especialmente, a parceria do CNAPN com importantes líderes muçulmanos e seus posicionamentos em *fatwa* (decreto religioso), no território guineense (TAMALE, 2004), tornam-se elementos significativos para esta pesquisa no intuito de compreender e

---

<sup>8</sup> Essa prova é desenhada pela Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau, no marco do Processo Seletivo dos Estudantes Estrangeiros (PSEE), sob o convênio UNILAB - Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau.

<sup>9</sup> Monteiro (2018), Danfa (2017), Baldé (2022), Prazeres (2018), Quintas (2013), Fernandes (2016), Silva (2015), Enes (2016).

problematizar aspectos como: preconceito religioso, a saber o fenômeno da islamofobia e alteridade (MACEDO; BARBOSA, 2021; RICCI; BARBOSA, 2022); estigma (GOFFMAN, 1995); África e islã (MOTA, 2016; ROMERO, 2016); violência e religião (GREEN, 2015).

Sabemos que tem uma lei (Lei n. 14/2011), que trata acerca da prática da excisão genital feminina. Neste estudo, se busca identificar, através da intervenção do CNAPN, de que modo a realização da mutilação genital em mulheres e crianças africanas é vivenciada, principalmente, na população que vive nas zonas rurais, e sua incidência, ou não, com as opressões interseccionadas de marcadores sociais da diferença (MOUTINHO, 2014; ZAMBONI, 2014). Neste sentido, este projeto exploratório busca visibilizar a relevância do tema para contribuir na discussão sobre os direitos humanos, a discussão do papel de líderes mulheres, no contexto da teoria da interseccionalidade crítica, e o papel social da religião islâmica na África do Oeste, em interlocução com a atuação e as ações desenvolvidas pelo CNAPN.<sup>10</sup>

### **3 PROBLEMA DE PESQUISA**

A excisão genital feminina é uma prática comum em vários países do continente africano. Ela é realizada por vários grupos étnicos da Guiné-Bissau. Uma prática milenar que continua presente na comunidade guineense, um trabalho que vem sendo pesquisado, durante muito tempo por vários autores, que criticam a continuidade da prática. Lopes (2015), afirma que a mutilação genital feminina é uma violação dos direitos das mulheres e das crianças. Quintas (2013) argumenta que a excisão genital nas mulheres “é uma prática nefasta sem qualquer enquadramento; uma prática milenar justificada com argumentos inválidos que contrariam tanto os direitos como a saúde da mulher” (QUINTAS, 2013, p. 8).

O presente trabalho busca problematizar analiticamente a atuação e as ações do Comitê no combate da excisão genital feminina, e suas correlações com a sociedade civil e as associações de base comunitária e religiosas islâmicas. É importante frisar que o Comitê constrói parcerias com líderes religiosos do Islã para explicar que a mutilação genital feminina não é uma recomendação do Islã, nem está escrito no texto sagrado do Alcorão. Segundo o

---

<sup>10</sup> O Comitê como uma organização civil da África do Oeste, criada por africanos, em especial, com a atuação de líderes mulheres africanas de diversas formações acadêmicas: economistas, professoras, cargos públicos, entre outros, torna-se presente nesses aspectos temáticos.

Comitê, a excisão tem consequências graves para a vida das mulheres e das crianças, considerada uma violação dos direitos das meninas e das mulheres.<sup>11</sup>

Com base nessas discussões, um aspecto relevante na problemática analítica deste projeto de pesquisa é entender o papel social dos líderes religiosos islâmicos para as ações do combate da mutilação genital feminina. Informações contidas na página do CNAPN indicam que

Os líderes islâmicos decretam um fatwa (decreto religioso) que proíbe esse tipo de ato [a mutilação genital feminina]. Na Guiné-Bissau, a MGF nunca foi defendida como prática tradicional ou cultural, mas sim com justificações corânicas. O desafio é pôr fim a este mito, pois na realidade não há qualquer relação entre o Alcorão e a excisão (CNAPN)<sup>12</sup>.

Ao analisar os trabalhos do Comitê, o fato da ausência de estudos analíticos sobre o mesmo, torna ainda mais crítica sua atuação na realidade guineense. As próprias integrantes da organização citam a necessidade de um debate público em torno da excisão genital e suas repercussões local, regional e nacional. Tal debate, nos termos desse ator social, deveria ser mais qualificado na esfera pública a respeito dos trabalhos que têm sido desencadeados. As ações do Comitê visam um debate sobre o político e os sentidos dos espaços público e privado na vida social da Guiné Bissau, e os questionamentos com relação ao papel social das mulheres. Na África, de acordo com Sylvia Tamale

A política e a lei patriarcais impõem uma política de não interferência na esfera privada. As questões do lar e da família são consideradas privadas, e devem ser tratadas em particular. A maior parte da sabedoria tradicional em África nos ensina que assuntos do lar não devem ser discutidos em público. A lei, por exemplo, é dicotomizada em direito público e direito privado. Até hoje, em muitos países de África, a discriminação com base no sexo nas "leis privadas" (p. ex., casamento, divórcio, herança e custódia) é sancionada pelas constituições nacionais. (TAMALE, 2004, p. 6.)

Algumas inquietações orientam nosso estudo: Entender os significados da excisão genital na vida das pessoas que passam por esse processo. Compreender quais são as consequências que essa prática causa na vida das mulheres e das crianças. De que modo as ações do Comitê podem ser vistas nos termos de intervenção social e mudança sobre a realidade em pauta. De que modo é possível correlacionar a excisão genital feminina com um amplo

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://cnapn.blogspot.com/p/programas-sociais.html>. Acesso em 17 de jan. 2023.

<sup>12</sup> Disponível em: <http://cnapn.blogspot.com/p/programas-sociais.html>. Acesso em 17 de jan. de 2023.

debate regional, nacional e internacional, na esfera do espaço público e privado, dos direitos humanos, da religiosidade islâmica e na perspectiva de gênero na África, no debate das identidades e da interseccionalidade crítica.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 GERAL**

Analisar a atuação e as ações do Comitê Nacional para Abandono das Práticas Nefastas à saúde da Mulher e Criança (CNAPN) no combate à excisão genital feminina na GuinéBissau.

### **4.2 ESPECÍFICOS**

- Conhecer os desafios e as conquistas do CNAPN na implementação das políticas de combate à excisão genital feminina;
- Entender o papel do CNAPN na formação da opinião pública e no impacto das transformações da realidade social;
- Compreender os elementos culturais, religiosos, tradicionais e do debate de gênero na problemática da excisão genital feminina.

## **5 HIPÓTESES**

1. A excisão genital feminina é uma prática que viola os Direitos Humanos e afeta as mulheres e as crianças do país.
2. É considerada por alguns grupos étnicos da Guiné-Bissau um ato tradicional ligado ao culto das práticas culturais dos antepassados.
3. Os sucessos do CNAPN se devem em grande parte ao diálogo, inclusão e atuação das lideranças religiosas muçulmanas e comunitárias em suas estratégias de ação.

## 6 REFERENCIAL TEÓRICO

A excisão genital feminina, segundo a Organização Mundial da Saúde, “inclui todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos femininos, por razões não médicas” (OMS, 2009, p. 6).

Quintas (2013, p. 6) afirma que:

A mais recente classificação da OMS de 2008 divide a MGF em quatro tipos: tipo I - Remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio (clitoridectomia). Tipo II - Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem a excisão dos grandes lábios (excisão). Tipo III - Estreitamento do orifício vaginal com a criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou os grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris (infibulação). Tipo IV - Todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, por exemplo: punção/picar, perfuração, incisão/corte, esscarificação e cauterização.

Nessa classificação da OMS existem quatro tipos diferentes de cortes da excisão genital, dependendo da função de como vai ser o corte. Na Guiné-Bissau cada etnia tem a sua maneira de realizar o corte, o tipo e a quantidade de tecido genital da mulher que vai ser cortado, e que podem variar entre diversos tipos dependendo da etnia e da localidade onde realizam essa prática.

Preocupados com as questões dos direitos humanos a OMS entende que:

Uma vez que ela altera tecido genital saudável na ausência de necessidade médica e pode provocar consequências graves na saúde física e mental da mulher, a mutilação genital feminina é uma violação do direito da pessoa aos mais altos padrões de saúde. A mutilação genital feminina está reconhecida como discriminação com base no sexo porque se fundamenta em desigualdades de gênero e desequilíbrios de poder entre homens e mulheres e inibe as mulheres do exercício completo e igual usufruto dos direitos humanos. É uma forma de violência sobre meninas e mulheres, com consequências físicas e psicológicas. A mutilação genital feminina priva as meninas e mulheres de tomarem uma decisão independente e informada sobre uma intervenção que tem um efeito prolongado nos seus corpos e que afeta a autonomia e controle individual sobre as suas vidas (OMS, 2009, p. 12).

Essa preocupação da Organização Mundial da Saúde é uma das questões que os membros do CNPAN na Guiné Bissau sempre carregam para o ato de sensibilização sobre o papel social de mulheres e crianças, nas diferentes comunidades. Sendo que esta prática é vista como violência contra as mulheres e crianças, afeta o seu direito à saúde e à vida, e existem várias consequências desse ato, que vão muito além dos danos físicos e psicológicos. No território guineense e, amplamente, na África, o papel social de mulheres e crianças parece estar

associada ao que autoras como Sylvia Tamale chamam de "domesticidade em África", um regime social em que

A domesticidade como uma ideologia é histórica e culturalmente construída e está intimamente ligada ao patriarcado, às relações de gênero/poder e à distinção artificial entre privado/público. A maneira como o patriarcado define as mulheres é tal que a sua existência plena e saudável depende de se casar, produzir filhos e cuidar de sua família (TAMALE, 2004, p. 3)

Para Enes (2016), a excisão genital feminina é uma prática milenar, feita por diferentes povos em diversos continentes, e que coloca em risco a vida das mulheres hoje em dia. Este ato apresenta uma diferença de gênero. Na perspectiva crítica de Tamale (2004), o papel social das mulheres na África as coloca preparadas para cuidar dos filhos e da casa. O estudo do gênero é importante para esclarecer sobre as desigualdades sociais que existem nas sociedades africanas. De outro modo, as desigualdades de gênero são justificadas e reduzidas às diferenças biológicas. Compreendido como talento “natural”, a função das mulheres é feita como uma forma de amor ao próximo. “Os homens, que são os atores públicos, supostamente deveriam representar ‘as mulheres’ (como pais, maridos ou irmãos) na esfera pública. Sendo assim, as mulheres dependem de ‘seus homens’ para acessar a esfera pública” (TAMALE, 2004, p. 3).

Algumas mulheres na sociedade muçulmana não têm o lugar de fala para tomarem uma decisão sobre si e são obrigadas a se submeterem a essa prática, porque os homens não aceitam casar-se com as mulheres que não foram mutiladas genitalmente. É uma forma de discriminação contra as mulheres, infringe os seus direitos à saúde, e direito de escolha.

Sendo assim, Sylvia Tamale (2004, p. 3) explica sobre a domesticidade e o patriarcado:

Em África, não importa se uma mulher é uma profissional bem-sucedida na política, possui três PhDs e comanda o negócio mais bem-sucedido da cidade; se ela nunca se casou e/ou não tem filhos, ela é percebida como incompleta de uma maneira fundamental. As meninas são criadas e socializadas dentro desta ideologia e poucas questionam ou se opõem aos seus princípios básicos. Mulheres solteiras e sem filhos carregam um estigma permanente, como um ímã em seus pescoços. Elas são vistas pela sociedade como imaturas, até mesmo como um ser humano pela metade. Assim, os papéis domésticos de mãe, esposa e dona de casa tornam-se as construções fundamentais da identidade das mulheres em África (TAMALE, 2004, p. 3).

É relevante dizer que as mulheres sempre são julgadas como sendo a parte inferior, sem algum tipo de direito, que só servem para ter filhos, e são forçadas a se conformar com qualquer tipo de decisão vinda do marido. Uma mulher que não foi excisada é menosprezada na sociedade que pratica a excisão feminina no contexto guineense, são consideradas como mulheres sujas. Perante isso, Lopes (2015, p. 18) afirma que:

Creem que uma mulher não mutilada não pode dar à luz, além de motivos religiosos, higiênicos e de saúde (pensa-se que os órgãos femininos exteriores são “sujos”). Por se tratar de um ato de iniciação e passagem para a idade adulta, as próprias mulheres aceitam ser mutiladas, devido ao medo que têm de serem colocadas à parte pela sociedade ou de serem julgadas, caso não sejam mutiladas.

Com base na citação acima, percebe-se que a excisão feminina é tida nas comunidades praticantes como um ritual sagrado que as mulheres devem passar para serem consideradas como pessoas limpas e ganharem respeito socialmente. Sendo assim, os pais acabam autorizando a prática aos responsáveis pelo corte vaginal, a qual chamam de *fanatecas*, grupos de mulheres responsáveis pela preparação do ritual de iniciação ou excisão feminina, cuidam das meninas iniciadas durante todo tempo de cumprimento desse ritual até realizarem o procedimento. Vale ressaltar que quem passa por esse ritual de iniciação adquire o status de uma pessoa adulta e passa a ter um grande respeito na sociedade. Esta prática acontece em vários países, conforme nos afirma Fernandes (2016, p. 31):

MGF (mutilação genital feminina) é praticada ainda em 30 países da África: Burkina Faso, Jibuti, Etiópia, Eritreia, Gana, Guiné-Bissau, República da Guiné, Libéria, Mali, Quênia, Nigéria, Senegal, Sudão, Chade, República Centro-Africana, Togo e Costa do Marfim. Sem esquecer-se do Egito, onde 97% das mulheres sofrem com essa prática. E em alguns países árabes, onde se verifica regimes autocráticos e a não existência de organizações da sociedade civil que são capazes de combater essa prática. Também em algumas etnias da Índia, do Sri Lanka e da Indonésia praticam excisão feminina.

Algumas pessoas têm aproximado essa prática a questões religiosas, ou por vezes atribuídas a uma determinada fé, mas é notório que essa prática está presente em muitas sociedades. Por isso, uma parcela de pesquisadores afasta a possibilidade de associação com religião. Essa visão é compartilhada por líderes de várias religiões que negam a ligação da excisão com doutrinas religiosas. Nesta perspectiva, Gonçalves (2004) argumenta que:

A mutilação genital foi identificada em grupos cristãos (protestantes, católicos e coptas), muçulmanos, judeus, animistas e ateístas. A MGF não está incluída em nenhuma forma de ensinamento religioso, e esta associação (mutilação e religião) é o resultado de interpretações específicas dos textos religiosos e dos seus ensinamentos. Uma falsa crença sobre a MGF é que esta, está enquadrada na religião muçulmana, no entanto, existem muitos Islâmicos que não têm esta prática (Arábia Saudita). Para algumas mulheres este procedimento é entendido como um sunna, um requisito religioso prescrito nos ensinamentos do Profeta Maomé (GONÇALVES, 2004, p. 16).<sup>13</sup>

<sup>13</sup> No contexto guineense, muitas pessoas que seguem diferentes regiões também praticam a excisão genital feminina, mas é predominantemente visto por pessoas que seguem a religião muçulmana. Feita por vários grupos étnicos como: Fula, Mandinga, Beafada, Saracolé e Nalú. A zona com mais prevalência dessa prática é a zona de Gabú e Bafatá, mas a prática está também presente nas etnias Fula e Mandinga.

Se bem a mutilação é feita também nos homens, em referência a ser um ritual que emancipa os rapazes e as mulheres, no entanto, se observa na sociedade que uma mulher muçulmana precisa passar por esse rito de passagem de uma etapa prevista de impureza para fase da clareza, para que ela seja aceita na comunidade como uma mulher adulta e limpa e para que ela possa preparar refeições para o marido no tempo sagrado de abstinência. Quanto ao corte masculino, os homens na sociedade guineense são obrigados a realizar essa prática por questões de higiene e para que eles possam ser vistos na sociedade como homens responsáveis. Aqueles homens que não passam por esse processo são chamados na GuinéBissau como *blufos* ( não excisados) e têm menos respeito na sociedade. Fernandes (2016), ao ponderar sobre o motivo da realização da excisão genital feminina em diversas sociedades, demonstra que:

Em algumas regiões ou comunidades que praticam a MGF, acredita-se que a remoção de clitóris das meninas faz com que elas se tornem mulheres e passam a ter direitos iguais aos das demais mulheres que passaram pela mesma situação. Qualquer que seja a mulher que pertence a este tipo de comunidade e que não for excisada, não pode se juntar com as outras que já foram excisadas, porque ela é considerada impura (FERNANDES, 2016, p. 26).

As mulheres que não foram excisadas, de acordo com a citação acima, são menos valorizadas nas suas comunidades, tem menos valor que as outras que já passaram por esse ritual, não conseguem ter um marido porque elas são consideradas como mulheres sujas.

Diante disso, Quintas (2013) explica que:

As meninas que não são excisadas, são vistas como promíscuas, impróprias para casar, prostitutas, vulgares e não são aceites pela comunidade. Se estivermos no seio de uma comunidade muçulmana, a rapariga que não participou no ritual de iniciação não pode entrar na mesquita da vila e é vista como descrente. Aquelas que participam no ritual são vistas como jovens mulheres e não crianças; estão prontas para casar, para servir o homem e para procriar para o bem da família; honraram a família e a sua crença (no caso de serem religiosas) (QUINTAS, 2013, p .7).

Conforme Silva (2015), percebe-se ainda a grande importância da excisão genital para conhecer o poder e o respeito que as mulheres têm nas suas comunidades. “*Bo ka bai fanado*” (em creole, "você não fez fanado"), foi dessa forma que uma mulher ofendeu a sua colega de trabalho, e isso gerou uma briga entre as duas. Pelo fato de não passar por esse processo ela não é vista como uma mulher madura, ou seja, ela não é respeitada na sociedade.

De acordo com June Kane (2008, p. 6), “a excisão genital tem vindo a ser praticada há mais de 4.000 anos em algumas regiões do mundo, sobretudo em África, mas também noutras regiões. Vinte e oito dos 53 países africanos praticam a excisão de uma forma ou de outra”.



Muitas famílias e mães pegam as suas filhas e levam-nas para serem excisadas sem saber do risco ou consequências que essas pessoas podem sofrer depois. Em relação a isso, uma menina senegalesa chamada Khady, sofreu esse tipo de ato e explicou como foi a dor:

É uma dor que eu nunca consegui definir. Nunca conheci nada tão violento ao longo de minha existência. Eu dei à luz, sofri de cólicas renais; cada dor é diferente. Naquele dia achei que estava morrendo e pensei que não ia acordar. A dor era de tal maneira forte que eu queria dormir, cair desmaiada. Aquela violência feita no meu corpo de criança, eu não a compreendia, ninguém havia me advertido: nem as irmãs mais velhas nem as amigas de mais idade, ninguém. Ela era, portanto, totalmente injusta e de uma crueldade gratuita, pois era inexplicável (KHADY, 2005, p. 9).

Como podemos constatar, a partir do relato de uma pessoa que passou por esse processo, é uma situação que as meninas enfrentam na fase da vida no qual nem sabiam o que era aquele procedimento, como dissemos antes, elas são levadas pelas mães sem saberem nada, porém percebe-se que se tivessem a idade adulta muitas dessas pessoas não passariam por esse processo. Nessa linha, Gonçalves (2004) explica como é feito o procedimento:

Na execução da prática são utilizados instrumentos precários e rudimentares, como pedaços de vidro, lâminas e facas. A mulher e/ou rapariga são agarradas por várias mulheres e o procedimento é executado sem qualquer tipo de anestésico natural ou químico. O facto de ser realizado sem anestesia e de existir no fundo uma luta por parte da criança ou mulher que vai sofrer a mutilação, faz com que os danos corporais possam na maior parte dos casos ser maiores do que o que era esperado. Com o procedimento mais complexo (infibulação), o contorno dos grandes lábios é suturado, utilizando-se a colocação de talas e a ligação das pernas para permitir uma cicatrização mais rápida (GONÇALVES, 2004, p. 15).

Um instrumento que é utilizado no momento do corte nas mulheres é usado em várias pessoas, e sem esterilização, podendo causar infecção de outras doenças por contato com sangue, porque se uma mulher ou criança estiver com alguma doença pode contaminar outra pessoa. Este procedimento dura em torno de 20 minutos, dependendo do tipo de corte que vai ser realizado. Percebe-se que é uma prática feita sem nenhum tipo de cuidados médicos e que causa sérias consequências nas mulheres e crianças.

Ponderando sobre a luta contra excisão genital feminina na Guiné-Bissau, Alves argumenta que:

No dia 06 de fevereiro de 2013, data em que se comemora o *Dia mundial da tolerância zero contra a prática do fanado*, o Comitê Nacional de Luta Contra as Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde de Mulheres e Criança organizou um ato solene na Assembleia Nacional Popular (ANP) com cerca de 150 imãs, ex-fanatecas e outros representantes das comunidades islâmicas com o objetivo de dizerem a população que o fanado não é uma recomendação do islã porque o profeta Muhammad não fanou nenhuma das suas filhas. Por isso os imãs pedem às pessoas que ainda querem

continuar com a prática que a façam em nome de uma tradição cultural e não em nome do Islã (ALVES, 2013, p. 69).

O ato solene supracitado é uma forma de apelar e conscientizar a população sobre a não ligação direta entre a excisão e a religião muçulmana, pois muitos acreditam que é um ritual presente no livro sagrado. O CNAPN convidou os responsáveis dos templos muçulmanos para se pronunciarem sobre essa prática, com toda a comunidade muçulmana presente. Sendo assim, esse tipo de ação é muito importante e contribui bastante na redução da prática de excisão feminina. Segundo as ações e as sensibilizações do Comitê, podemos constatar que houve bastante redução no que diz respeito a essa prática, isto, devido às campanhas nas comunidades e nas redes sociais, que algumas organizações fazem para lutar contra a excisão feminina na Guiné-Bissau.

## 7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa utilizamos o método qualitativo. O procedimento qualitativo tem como finalidade, em particular, poder olhar, especificar e compreender a realidade social e os fenômenos sociais, tratados sociologicamente como fatos sociais (DURKHEIM, 1996) e ações sociais (WEBER, 2002).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1996, p. 22).

Realizamos, preliminarmente, um trabalho de campo de forma virtual. No momento em que estávamos efetuando a pesquisa o mundo estava enfrentando a pandemia da Covid-19, o que impossibilitou o estudo de modo presencial.

No trabalho de campo utilizamos como recursos metodológicos a entrevista, revisão bibliográfica, acesso à Lei 14/2011<sup>14</sup> e revisão de noticiários de imprensa virtual, referentes aos setores sociais que enfatizam a luta contra a excisão genital, publicados em diversas redes sociais (Facebook, Instagram, sites específicos).<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> Lei Que Visa Prevenir, Combater e Reprimir a Excisão Genital Feminina em todo o Território Nacional. <sup>16</sup> Ver: [https://www.instagram.com/cnapn\\_guine\\_bissau/?igshid=NTdlMDg3MTY%3D](https://www.instagram.com/cnapn_guine_bissau/?igshid=NTdlMDg3MTY%3D);

Este trabalho se serviu de uma entrevista feita com base em um roteiro semiestruturado de perguntas abertas. Tendo em vista que, por um lado, a entrevista semiestruturada tem a possibilidade de ampliar alguns questionamentos que não foram previamente descritos nas perguntas; por outro lado, os sujeitos de pesquisa abriram a possibilidade de trazer outros pontos que não tinham sido pensados na confecção do roteiro. Isso gerou o enriquecimento do diálogo e a interação social com os interlocutores do CNAPN. Ao mesmo tempo, proporcionou a obtenção de informações relevantes para além do escopo de desafios e conquistas dessa organização.

Ao optar pela realização da técnica de entrevista junto ao Comitê, buscamos ter uma aproximação com os membros dessa organização para conhecer seus trabalhos e as atuações na sensibilização do combate da mutilação genital feminina. A entrevista propiciou a construção de interlocução entre os membros do Comitê e a pesquisadora, no intuito de dar a conhecer a proposta e os objetivos da pesquisa e o diálogo respeitoso e ético.

A característica da entrevista foi em formato virtual, através de rede de contato *WhatsApp*. A entrevista foi feita no dia 24 de junho de 2022 e teve a duração de uma hora. O acesso para ter o contato com os membros do Comitê foi através do sociólogo guineense, Miguel Marcos José de Barros. Explicamos para esse pesquisador sobre o caráter da pesquisa e a possibilidade de termos uma entrevista com a presidenta dessa organização.

Em seguida, enviamos uma mensagem para a atual presidenta do Comitê, senhora Marliatu Djaló Condé. Ao entrar em contato, explicamos detalhadamente sobre a proposta do nosso trabalho. Marliatu manifestou, em nome da organização, satisfação e declarou se sentir lisonjeada por termos escolhido investir, analiticamente, nos esforços e nas ações de intervenção social (GUERRA, 2003). Posteriormente, ela repassou o contato de uma das membras do grupo, Julieta Oquica de Sá Lobo de Pina. Julieta é uma mulher de 55 anos que vive atualmente em Bissau. Mãe de dois filhos, ela faz parte de uma organização denominada “Liga Guineense dos Direitos Humanos” (LGDH). Foi a Julieta, então, que nos concedeu a entrevista.

Após explicarmos a temática, os objetivos e a intenção do trabalho, Julieta aceitou de bom grado conceder-nos uma entrevista. Ela nos parabenizou e achou muito interessante a escolha do tema e nossa disposição em conhecer os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, no contexto social em que ele está inserido. Através da entrevista feita com a interlocutora, descobrimos que essa organização enfrentou muitas barreiras e dificuldades para conseguir atingir alguns objetivos e chegar ao lugar que está hoje. A conversa foi gravada no celular, transcrita e analisada. Formulamos doze perguntas, divididas entre os desafios e conquistas do Comitê, ao longo do tempo.

Atualmente o Comitê tem uma grande visibilidade, tanto através das mídias sociais (Facebook, Instagram) como por meio de relações sociais com outras organizações da sociedade civil e religiosas (islâmicas, cristãs e tradições locais).

Além da entrevista, analisamos a Lei 14/2011, que luta contra a realização da prática da excisão em todo o território da Guiné-Bissau. Essa lei tem 15 artigos, mas só examinamos até o artigo 6º. O texto jurídico define de uma maneira mais ampla a excisão genital feminina, ao criminalizar a ação da prática. Ainda explica que qualquer ser humano que cometer esse ato, sem o consentimento da vítima, será punido com prisão.

Na revisão dos noticiários online, investimos em saber sobre a posição dos Imames (sacerdotes muçulmanos) acerca da prática da excisão.

## **8 LEVANTAMENTO E ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS DE PESQUISA**

Este item consiste em um levantamento preliminar de análise dos dados, a partir de entrevista realizada com a interlocutora de pesquisa e, atual diretora do CNAPN, Julieta Oquica de Sá Lobo de Pina. Foram selecionados alguns aspectos que consideramos importantes para a análise, a saber, a sensibilização através da educação, a relação com atores religiosos muçulmanos e o inter-religioso, agentes sociais e comunitários, o papel da oralidade, do gênero a intervenção da lei, assim como a contextualização das atividades dessa organização.

### **8.1 CRIAÇÃO DO COMITÊ NO MARCO DA IV CONFERÊNCIA DE BEIJING<sup>15</sup>**

Segundo Julieta, o Comitê foi criado no contexto da Conferência de Beijing de 1995, realizada na China, com a presença de mulheres guineenses, e a presença de alguns homens, mas "convidaram a maioria de senhoras" (Entrevista, trabalho de campo, 2022). No momento do debate sobre o combate à prática de excisão genital feminina foram trazidas algumas sugestões importantes, como a de que todos os países onde realizam a prática deveriam ter uma representação a acompanhar e intervir na luta contra excisão genital, sensibilizando as pessoas para a não realização desse tipo de ato, porque supõe a violação dos direitos humanos.

---

<sup>15</sup> Refere-se à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na China, em 1995, pela Organização das Nações Unidas. Ver: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao\\_beijing.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf); [https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/\\_anos/1995.php?iframe=conferencia\\_onu\\_pequim\\_1995](https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1995.php?iframe=conferencia_onu_pequim_1995).

Através de um debate em que estavam presentes mulheres da Guiné-Bissau, se decide levar em consideração a criação de uma delegação para lutar contra qualquer tipo de violação que afeta as mulheres no país, com ênfase na problemática da mutilação genital feminina. Consoante Julieta, essa foi a razão que motivou o surgimento do Comitê e ela esteve presente e atuante nessa criação: "Foi criado para as pessoas que vieram e convidaram algumas ONGs, eu também estava presente representando a Liga Guineense dos Direitos Humanos, na criação do Comitê" (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

## 8.2 BARREIRAS ENFRENTADAS PELO COMITÊ

No início, logo após sua criação, o Comitê enfrentou muitas dificuldades para atuar na sociedade e dialogar com diversos grupos sociais e indivíduos, porque a maioria das pessoas nas comunidades locais rejeitavam o diálogo proposto por essa organização.

De acordo com Julieta, os membros do Comitê eram vistos como preconceituosos: "Falam que somos contra comunidade muçulmana, que somos contra a prática, e eles conectaram com religião" (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

Para Julieta, as pessoas da própria comunidade poderão ajudar a melhorar o diálogo e sensibilizar para a compreensão: "Por isso, que o Comitê deixa as pessoas da própria comunidade para eles saberem que aquela pessoa está a defender o interesse da comunidade, e está a defender saúde dos indivíduos daquela comunidade" (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

## 8.3 SENSIBILIZAÇÃO ATRAVÉS DE ESCOLARIZAÇÃO

A correlação do combate à prática de excisão genital com a construção de uma consciência coletiva, que envolva o diálogo com as mulheres e o grupo social, perpassa as ações do Comitê. Segundo Julieta, pessoas relacionadas diretamente com o sistema de escolarização irão evitar a continuidade da prática do *fanado*: "Achamos que uma pessoa escolarizada não vai deixar o seu filho/a para ir ao *fanado*" (Entrevista, trabalho de campo, 2022, itálico nosso.).

É possível pensar, através dessa afirmação, que a relação que os indivíduos têm com a escola é fundamental para entender os sentidos da "tradição" (KI-ZERBO, 2010) nas comunidades locais e rurais e suas correlações com o papel social do *fanado* (BALDÉ, 2022) e os alcances da escolarização, no horizonte dessa prática cultural. A remoção dos órgãos genitais

da mulher, entendida aqui como mutilação, é vista como um fenômeno cultural de grande importância pelos grupos domésticos e sociais das pessoas ligadas a essa prática.

A mutilação genital feminina divide opiniões no território guineense, diversos grupos sociais e indivíduos pensam que ela é uma forma de infringir a liberdade da pessoa.

Autores como Dario Palhares e Flavia Skinka (2013, p. 433) destacam que:

Mesmo sendo prática cultural milenar, a mutilação genital viola os direitos humanos porque as mulheres são obrigadas a ser submetidas a procedimentos invasivos, dolorosos, potencialmente letais e dos quais não há nenhum benefício à saúde: não se conhecem tratamentos médicos que se assemelhem ao que é feito nos rituais de mutilação genital feminina. Ou seja, observa-se uma tensão entre uma prática deletéria à mulher, mas que, paralelamente, constitui marca corporal considerada essencial por esses povos para sua legitimação no grupo social.

Se bem é certo que, no entender dos interlocutores do Comitê, os logros da escolarização podem ajudar na conscientização crítica do social, em especial, no contexto das regiões rurais com maior grau de influência da prática do *fanado*; também é possível pensar que o escopo da formação escolar não parece ser suficiente para frear o alcance do que repercute ou se entende, por alguns setores sociais, como uma violência. Julieta, por exemplo, compreende que a escolarização por si não necessariamente evitaria a reprodução social da excisão genital feminina. Para o Comitê, trata-se de criar mecanismos efetivos que dialoguem com o papel da escolarização no país.

Para pensar em novos mecanismos de conscientização dessa violência, o Comitê tem apostado na criação do que denomina "métodos de sensibilização através de escolarização", em diálogo com as comunidades locais (Entrevista, trabalho de campo, 2022). Tais métodos consistem em enviar pessoas, estrategicamente, instrumentalizadas nos conhecimentos das línguas locais para dialogarem com as mulheres e outros membros do grupo social. No entender do Comitê isso significa colocar "pessoas nos locais, em algumas regiões". Esses indivíduos são chamados, segundo Julieta, de "animadores que sabem a língua local e que é utilizado no lugar para falar com essas pessoas (refere-se àquelas pessoas induzidas à prática da excisão) nas regiões que nós atuamos" (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

Os membros do Comitê atuam em distintas regiões e frentes de ação, construindo parcerias, promovendo ações e diálogos, com diferentes atores sociais. A relevância das línguas locais é fundamental para produzir a interação social do trabalho do Comitê, juntamente com as mulheres e suas famílias que realizam a excisão genital.

Julieta explica que "se você está numa *tabanka* (aldeia) de Fula [grupo étnico], região de Gabú, só predominantemente fulas, tem que saber falar a língua fula, para poder falar com

eles e poder entender. Se é Manginga [grupo étnico], também. Se é Balanta, Mane também” (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

É importante frisar o destaque da entrevistada para a diversidade de grupos étnicos, nos sentidos de grupos sociais (BARTH, 1998) da região e as correlações entre etnicidade, identidade (HALL, 1989) e língua como marcadores diacríticos de identidade social, étnica e linguística (HOUNTONDI, 2008; ROMERO, 2002), nos usos da diversidade cultural (GEERTZ, 2001).

Cada grupo étnico tem a sua língua como marcador identitário que vincula e facilita o diálogo entre os indivíduos. Na Guiné-Bissau, a densidade demográfica para cada etnia, em termos de porcentagem, é muito alta, por exemplo: Fulas (89,9%), Felupes (85,8%), Balantas (84,7%) e Manjacos (83,1%), e em menor proporção grupos sociais como os Papel (9,1%), Manjaco (8,3%). Os grupos étnicos Nalu, Saracule e Sosso representam proporções inferiores a 1% da população (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2009).

#### 8.4 O PAPEL SOCIAL DOS "ANIMADORES"

A oralidade, tal como afirma Ki-Zerbo (2010) é um registro cultural e histórico tão legítimo como o registro escrito. Ela é vivida como a história que é transmitida de geração em geração, através da família, de pai para filho ou de mestre para os seus discípulos (BÂ, 2013).

No contexto da Guiné-Bissau, os "animadores" são pessoas que contam histórias a partir de desenhos animados, e realizam um trabalho de resgate cultural sobre as línguas nativas que são faladas nas comunidades locais. Eles têm um papel muito importante na sociedade guineense e no continente africano. Esses agentes sociais buscam sensibilizar intensamente as pessoas a não praticarem as coisas que afetam a saúde das mulheres, como aborto, casamento infantil, violência doméstica, e a prática da excisão genital (ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2022).

Os desenhos animados que as crianças gostam de assistir também se tornaram muito importantes para defender e valorizar as linguagens africanas ameaçadas. Estes desenhistas esperam utilizar os desenhos animados como meio para informar e mostrar a importância da tradição, assim como as expressões culturais e as línguas africanas por meio das brincadeiras (GLOBALVOICES, 2021).

Tendo em conta que, os animadores locais cumprem um papel muito importante nas aldeias no ensino, sensibilização e transmissão das línguas nativas, eles influenciam a sociedade como um todo. É importante destacar que o uso da língua falada nas comunidades locais rurais

e outras da região urbana, está relacionado com o conhecimento da língua falada pelo "animador". O domínio da língua é quase determinante para a intervenção social do animador como ator social. Ou seja, a sensibilização sobre a prática da mutilação genital feminina perpassa o uso de língua, como fenômeno social, e o consenso linguístico da compreensão, para que se efetive o diálogo entre o animador e o grupo social. Nesse sentido, é possível entender o caráter da sensibilização sobre o tema, conforme a fala de Julieta: "é a arma forte que temos" para o combate e erradicação da prática da excisão genital feminina (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

De acordo com Virginia Yunes (2010):

a transmissão da cultura se dá sempre através de contos, provérbios ou lendas que se referem aos acontecimentos vividos nos tempos antigos. Constata-se facilmente que a tradição dos antepassados está muito presente na vida do povo, haja visto que, para o africano, é o passado que dá sentido ao presente. O futuro ainda não existe. Diz o poeta Hampaté Bah, do Mali: "Quando morre um africano idoso, é como que se queimasse uma biblioteca". Esta frase exprime bem o valor que tem o idoso na sociedade tradicional africana, que tem uma cultura iletrada. O idoso, com a sua sabedoria adquirida nos seus muitos anos de vida, torna-se o transmissor dos valores da cultura tradicional herdada dos seus antepassados.

Na sociedade africana, os anciãos são muito valorizados e respeitados, por esta razão, para abolir essa prática está sendo muito difícil, porque as pessoas praticantes já estão muito apegadas. Na verdade, essa prática é ensinada pelos anciãos, porque são eles que têm um conhecimento mais profundo de muitas coisas.

#### 8.5 NO PLANO LEGAL: OS SENTIDOS DA LEI 14/2011, DE 6 DE JULHO

No preâmbulo da lei, a presidência da Guiné-Bissau compromete honrar as regras e princípios da autoridade de um ser humano. No art. 1º se profere que a Lei: "visa prevenir, combater e reprimir e excisão feminina na república da Guiné-Bissau", portanto, finaliza por não ter um propósito visível o seu efeito ou a eliminação da prática. Além disso, demonstrou no seu art. 2º, a definição da excisão genital feminina, e no art. 4º, a lei estabelece pena de cadeia para aquelas pessoas que descumpram as normas do texto jurídico, partindo de 2 a 6 anos de penitenciária. Tal como informa no art. 5º da lei, se a vítima for jovem, a condenação é de 3 a 9 anos de cadeia. Já no art. 6º, expressa que se o caso for de morte, a punição será de 4 a 10 anos.

A importância que uma lei tem para combater a prática da excisão genital é fundamental para uma sociedade. Segundo Julieta, com a aprovação, a lei vai ajudar a estabelecer normas e



regras, "uma lei que criminaliza essa prática, criminalizar é condenar e punir esse tipo de ato, isso é uma das maiores conquistas que nós temos" (Entrevista. Trabalho de campo). Portanto, existe uma garantia legal de proteção e defesa das mulheres sobre a prática da excisão, e a conscientização da população.

No caso particular da Guiné-Bissau, a excisão genital feminina é realizada pelas culturas e comunidades muçulmanas, mas não apenas. Nessa situação a realização da excisão genital é habitualmente incumbida a uma mulher idosa que é chamada como *nhgamano* [termo em crioulo, usado pelos grupos étnicos mandinga e também conhecida como *fanateca*], responsável pela mutilação, elas que acompanham todo o percurso das meninas que passam pela prática da excisão genital durante 45 dias.

Assim, essa prática é passada de geração a geração, através dos mais velhos (LOPES, 2015, p. 12) e algumas mães insistem na realização desse ato porque acreditam que se violarem a tradição e não cumprirem o ritual, pode acontecer algo inesperado e negativo com as filhas. Portanto, deve-se seguir a opinião e tradição dos antepassados.

## 8.6 NO PLANO POLÍTICO-INTER-RELIGIOSO

Uma das importantes conquistas do Comitê foi a de conseguir uma declaração que proíbe completamente a ação da excisão genital. Segundo Julieta, como o Comitê conseguiu conquistar um documento - *fatwa*- com ajuda dos chefes religiosos dentro de uma assembleia: "conseguimos ter um fatwa, é um documento dos líderes religiosos de todo país dentro de uma assembleia" (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

De acordo com Alves (2013, p. 70), "o documento assinado pelos imãs e líderes religiosos é chamado de fatwa, que é um decreto que as comunidades islâmicas produzem". São métodos legais que estão ligados às normas religiosas do islã e que vão ajudar no combate à prática de excisão genital.

Esse documento foi assinado dois dias antes da reunião islâmica na Guiné-Bissau nos dias 4 e 2 de outubro de 2012. A reunião teve como finalidade reunir os chefes religiosos para pôr fim à prática da excisão e propor o afastamento entre o costume e a religião. A reunião foi progredida pelo projeto *Djinopi* [termo em crioulo que indica "vamos em frente"] e com a participação de 100 Imames, algumas organizações não governamentais, o CNAPN e o Conselho Superior que trata dos assuntos ligados ao Islã (QUINTAS, 2013).

Como aponta Julieta, a reunião em que foi elaborada a declaração foi liderada pelo ex-presidente Serifo Nhamadjo, que era o presidente da Assembleia na altura, em que

“conseguimos assinar um documento chamado de fatwa, é um documento religioso onde eles falam que condenam a prática da excisão genital feminina, isso é a segunda vitória que nós temos” (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

Um líder religioso tem um papel muito importante de ensinar e transmitir os ensinamentos consagrados, ele é considerado o conhecedor do livro sagrado e responsável em passar a palavra sagrada, que deve ser respeitada e sem traições, enquanto o político tem um cargo muito significativo de colocar ou implementar ordem na sociedade.

No Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres, na 44ª sessão, a 31 de agosto de 2009, sobre a análise da Guiné-Bissau do 1º até ao 6º relatório periódico, com consideração do artigo 18º por parte dos Estados Partes da CEDAW Foram levantadas questões cruciais junto do governo de Guiné-Bissau, nomeadamente a questão de a MGF estar muito ligada à religião, motivo pelo qual os grupos religiosos deveriam ter uma intervenção positiva na prevenção. O Conselho Nacional Islâmico, os demais grupos islâmicos e as ONG's estão a trabalhar através de programas e reuniões de mobilização da comunidade e consciencialização para os efeitos negativos dessa prática (QUINTAS, 2013, p. 20).

## 8.7 NO PLANO RELIGIOSO DO ISLÃ: IMAMES

Depois de muita luta, o Comitê conseguiu ter uma colaboração com os Imames (são as pessoas que representam o profeta Maomé, eles que dirigem as orações nas mesquitas) que vão trabalhar com o Comitê na sensibilização da comunidade sobre o tema. Segundo Julieta, essa vitória é muito importante: "é que conseguimos ter associação de Imames e todos os Imames estão associados naquela associação" (Entrevista, trabalho de campo, 2022). Autores como Quintas (2013, p. 11), afirmam que: "os Imãs na Guiné-Bissau assumem grande relevância nas comunidades rurais, como líderes da sua cultura e religião, neste caso, islâmica". Com essa associação dos Imames, o Comitê avança nas suas ações de conscientização, porque já tem uma colaboração com pessoas importantes na comunidade islâmica, as quais têm conhecimento e legitimidade para alegar que a prática da excisão não está no livro sagrado dos muçulmanos.

O Imã Aladje Quebuté Mané, vice-presidente do Conselho Islâmico, afirma que "não existe nenhum texto do Corão que obrigue à mutilação genital feminina" (DARAME, 2013). Para os Imames islâmicos tudo não passa de uma tradição de fora do Islã, pelo que a comunidade muçulmana vai desdobrar-se no terreno para acabar definitivamente com a prática no país (DARAME, 2013).

A mutilação genital foi identificada em grupos cristãos (protestantes, católicos e coptas), muçulmanos, judeus, animistas e ateístas. A MGF não está incluída em nenhuma forma de ensinamento religioso, e esta associação (mutilação e religião) é o

resultado de interpretações específicas dos textos religiosos e dos seus ensinamentos. Uma falsa crença sobre a MGF é que esta, está enquadrada na religião muçulmana, no entanto, existem muitos Islâmicos que não têm esta prática (Arábia Saudita). Para algumas mulheres este procedimento é entendido como um sunna, um requisito religioso prescrito nos ensinamentos do Profeta Maomé (GONÇALVES, 2004, p. 16).

## 8.8 NO PLANO DA TRADIÇÃO: AS *FANATECAS*

O Comitê conseguiu fazer uma aliança com as mulheres que faziam o procedimento da excisão genital. Conforme Julieta, essas pessoas de alguma forma deixaram os seus afazeres e vieram fazer uma colaboração com o Comitê para ajudar a estancar esta prática. "É que temos associação de fanatecas, são mulheres que realizavam a excisão genital, mas elas abandonaram e criaram uma associação. É uma vitória muito grande para nós" (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

Na *tabanka*, (aldeia) quem realiza a excisão genital precisa ser uma mulher influente e que seja respeitada na sociedade. De acordo com Silva (2012, p. 9), as mulheres que fazem a prática da excisão são chamadas de *fanatecas*, senhoras que são responsáveis em fazer a realização do corte de uma parte íntima da mulher. Habitualmente são senhoras de idade avançada e herdam a "faca do corte" das mãos dos mais velhos. São mulheres que são muito respeitadas nas comunidades, no que diz respeito à sua postura na sociedade. As mulheres que realizam a prática são presenteadas por habitantes, depois do ato do ritual da excisão genital feminina.

Depois dessa colaboração com essas mulheres, a realização da prática da excisão diminuiu um pouco, antes tinha muitos espaços onde se realizavam a excisão genital, mas hoje em dia não se vê mais esses espaços. Conforme Julieta, o Comitê não está vendo mais essas barracas em alguns lugares onde antes existiam.

Agora nós não vemos nenhuma barraca, antes tinha em alguns bairros em Bissau, quatrocentos em Cuntun Madina, (um bairro em Bissau) mas agora não se vê nenhuma barraca. Não é que acabou, mas todos sabemos que ainda não acabou, que tem uma lei, mas eles fazem escondidos (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

A fala da Julieta coloca em evidência a chamada "ideologia da domesticidade" analisada por Sylvia Tamales para o contexto africano, a saber sobre as vulnerabilidades enfrentadas por mulheres e crianças na mutilação genital na vida social do espaço público e privado: "o dualismo entre vida privada/pública constrói estruturas sociais de uma forma que normaliza a desigualdade de gênero. A dominação masculina é constantemente defendida e protegida como o *status quo* (TAMALES, 2004, p. 7.)

## 8.9 O COMITÊ QUER CONQUISTAR TODO O PAÍS E REGIÕES

Para que possam atingir todo o país e todas as regiões de Bissau, o Comitê precisa continuar a lutar muito para o combate da excisão. Conforme Julieta, só estão em algumas regiões e pretendem ampliar sua atuação pelas demais regiões: “queremos atingir todo o país, e só estamos em seis regiões que são: Bafatá, Gabú, Quinará, Tombali, Cacheu e Oio, nós temos nove regiões, e cada região tem vinte tabankas e ainda nos falta atingir muitas dessas tabankas” (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

De acordo com Julieta, para conseguir alcançar todo país e todas as regiões, o Comitê vai precisar de meios financeiros para ajudar na deslocação: “para conseguirmos isso, faltam meios financeiros para ajudar na locomoção, não temos, mas estamos conscientes e sentimos orgulho do nosso trabalho” (Entrevista, trabalho de campo, 2022).

## 9 CRONOGRAMA

| Período<br><br>Atividades                     | 2021    |         |         | 2022    |         |         | 2023-2024                   |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------------------------|
|   | 1º sem. | 2º sem. | 3º sem. | 1º sem. | 2º sem. | 3º sem. | 1º a 4º sem da licenciatura |
| Escolha de tema                               |         | X       |         |         |         |         |                             |
| Leituras iniciais                             |         |         | X       |         |         |         |                             |
| Construção pré-projeto                        |         | X       |         |         |         |         |                             |
| Levantamento da bibliografia                  | X       |         |         | X       |         |         |                             |
| Delimitação de métodos e materiais utilizados |         |         | X       |         | X       |         |                             |
| Coleta de dados (entrevistas)                 |         |         |         |         | X       |         |                             |
| Elaboração do projeto de pesquisa             |         |         | X       | X       |         |         |                             |
| Análise da entrevista                         |         |         |         |         | X       | X       |                             |
| Entrega final; defesa de TCC                  |         |         |         |         |         | X       |                             |
| Redação da monografia                         |         |         |         |         |         |         | X                           |
| Revisão textual e entrega da monografia       |         |         |         |         |         |         | X                           |

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Cremilde. **Representações E Vivências de Mulheres Sobre O Fanado Feminino Em Bissau (Bairro Militar)**. Dissertação, Pós- Graduação de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em: [https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/as\\_que\\_passaram\\_pelas\\_barracas\\_representacoes\\_e\\_vivencias\\_de\\_mulheres\\_sobre\\_o\\_fanado\\_feminino\\_em\\_bissau\\_bairro\\_militar.pdf](https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/as_que_passaram_pelas_barracas_representacoes_e_vivencias_de_mulheres_sobre_o_fanado_feminino_em_bissau_bairro_militar.pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.
- ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Programa de rádio 'Meninas e Mulheres'** – Guiné-Bissau - Episódio 48, 2022. Disponível em: <https://popdesenvolvimento.org/guine-bissau-meninas-emulheres/944-programa-de-radio-meninas-e-mulheres-guine-bissau-episodio-48.html>. Acesso em: 08 out. 2022.
- BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel: o menino fula**. São Paulo: Palas Athenas/ Acervo África, 2013.
- BALDÉ, Fatumata Binta. **'Mutilação' Genital Feminina e sua Prática Contemporânea em Guiné-Bissau**, 2022.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**; tradução Rane Souza. - 1.ed.São Paulo: Boitempo, 2021.
- DANFA, Salifo. **A Excisão Feminina da etnia Mandinga da Guiné-Bissau: Tradição Étnica ou obrigação da religião Muçulmana?**, 2017.
- DARAME, Braima. **Imãs Guineenses Proíbem Mutilação Genital Feminina**, 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/im%C3%A3s-guineenses-pro%C3%ADbemmutila%C3%A7%C3%A3o-genital-feminina/a-16579255>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- DURKHEIM, Émily. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ENES, Ana Carolina Barbosa Monteiro. **A Mutilação Genital Feminina/Corte em Portugal**. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/86569> Acesso em: 18 dez.2023.
- FERNADES, Elísio Júlio. **A mutilação genital feminina - MGF na Guiné Bissau como uma visão prática que viola os direitos humanos**. Monografia, Bacharel em Humanidades na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1185>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GLOBALVOICES. **Animadores africanos resgatam seus idiomas maternos com desenhos animados.** 2021. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2021/08/10/animadores-africanos-resgatam-seus-idomas-maternos-com-desenhos-animados/> Acesso em: 15 de fev. 2022

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, LTC, 1995.

GONÇALVES, Yasmine. **Mutilação Genital Feminina. Foz do Arrelho,** 2004. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Livro+MGF+Gon%C3%A7alves+yasmine+2004&biw=1366&bih=625&sxsrf=AOaemvKCPNTOcgri3tomgywpwB9XQIRRSA%3A16396> Acesso em: 30 dez. 2022.

GREEN, T.H. **The fear of islam:** na introduction to Islamophobia in the West. Minneapolis Fortress Press, 2015.

GUERRA, Isabel. Polémicas e modelos para uma Sociologia de Intervenção. **Desenvolvimento e Saúde em África.** n.4, 2003, (p.73-84).

GUINÉ-BISSAU, Lei nº 11/2011. **Lei Que Visa Prevenir, Combater e Reprimir a Excisão Feminina em Todo o Território Nacional.** República da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://fecong.org/pdf/crianca/LeicontraExcisao.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

HALL, Stuart. **Ethnicity, identity and difference.** Radical América, n. 23, v. 4.p. 9-20, 1989.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de africanos:** duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais n. 80, p. 149-160, Março, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação,** 2009. Disponível em: <https://silo.tips/download/terceirorecenseamento-geral-da-populacao-e-habitacao-de-2009-instituto-nacional-d>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KANE, June. **Práticas Tradicionais Nocivas.** Bruxelas: Programa Daphne da Comissão Europeia, 2008.

KHADY, K. **A Mutilada.** Porto: Edições Asa, 2005. Disponível em: <https://topicosorientemedio.files.wordpress.com/2011/05/khady-mutiladapdfrev.pdf>. Acesso em: 15 mar 2022.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: KI-ZERBO (Ed.). **História Geral da África:** Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, p. XXXI-LVII. 2010.

LOPES, Isabel Idoraque. **Análise das práticas de Mutilação Genital em Guiné. Bissau e a sua implicação nos Direitos Humanos e Culturais.** Monografia, Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2623/isabel\\_idoraque\\_lopes\\_tcc2.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2623/isabel_idoraque_lopes_tcc2.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 mar 2022.

MACEDO, Isabella; BARBOSA Francirosy C. Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas. **Revista USP**, São Paulo n. 129 p. 153-161 outubro/novembro/dezembro, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Nadesda Augusto. **Fánado de Mindjeris ou Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau: um olhar das mulheres na sociedade atual**, 2018.

MOTA, Thiago H. Sobre o Alcorão e por Maomé”: Islã, produção intelectual e capital cultural na Senegâmbia (séculos XVI e XVII). In: REIS, Raissa Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido; MOTA, Thiago H. **Estudos sobre África ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes**. Cadernos Pagu, n. 42, p. 201-248, 2014.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Eliminação da Mutilação Genital Feminina, Declaração Conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM**, 2009. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596442>\\_por.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241596442>_por.pdf). Acesso em: 13 nov. 2022.

PALHARES, Dario; SQUINCA, Flávia. Os desafios éticos da mutilação genital feminina e da circuncisão masculina. **Revista bioética (Impr.)**, v. 21, n.3, p. 432-437, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/pnL5p6yPqHwCGHChs9jjh8M/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

PRAZERES, Jessica Costa. **O corpo da mulher como campo de disputa: representações ocidentais sobre as intervenções genitais femininas em África**. 2018. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

QUINTAS, Sara Vera. Cruz. **Mutilação Genital Feminina na Guiné Bissau: Para quando a sua erradicação?** Trabalho de Conclusão de Curso, Pós- Graduação em Direitos Humanos - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: [http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas\\_MGF%20na%20Guin%C3%A9Bissau\\_Para%20quando%20a%20sua%20erradica%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://umarfeminismos.org/images/stories/mgf/outros/Sara%20Quintas_MGF%20na%20Guin%C3%A9Bissau_Para%20quando%20a%20sua%20erradica%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 14 mai. 2022.

RICCI, Ana M.; BARBOSA, Francirosy C. (Orgs.). **Islam, decolonialidade e(m) diálogos plurais**. São Paulo: Ambigrama, 2022.

ROMERO, Fanny L. **Relações entre língua e identidade em uma comunidade bilíngue: o grupo etnolinguístico Taurepang**. Dissertação. PPG em Letras e Linguística, Recife: UFPE, 2002.

ROMERO, Fanny L. O simbolismo de poder de líderes mourides em plataformas virtuais: enraizamentos históricos, dinâmicas identitárias e rituais multissituados. In: REIS, Raissa



Brescia; RESENDE, Taciana Almeida Garrido; MOTA, Thiago H. **Estudos sobre África ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direito**. Guiné Bissau, v. 09 n. 1, p. 02, fev. 2005. Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo\\_educacao\\_como\\_direito.pf](http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pf)\_Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Cleunismar. **Diagnóstico Sobre as Causas Sociais e Culturais da Violência Contra as Mulheres e os Desafios da Efetivação do Quadro Jurídico Existente**. GuinéBissau, set. 2015.

SILVA, Edna Estevão da. **Discurso e Representações Sobre a Prática da Mutilação Genital Feminina na Comunidade Guineense em Portugal**. Dissertação de Mestrado em Antropologia - Área De Direitos Humanos - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/9239>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

TAMALE, Sylvia. Gender Trauma in Africa: Enhancing Women's Links to Resources. In **Gender, Economies and Entitlements in Africa**. Cap.2, p.18-31. Dakar: CODESRIA, 2004.

TURNER, Victor.W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura/**; tradução de Nancy Campi de Castro e Ricardo A. Rosenbusch. 2.ed. -Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos da Sociologia**, São Paulo, p.1-51, 2002.

YUNES, Virginia. **Guiné-Bissau**. Disponível em: <http://virginia-yunes.blogspot.com/p/guinebissau.html>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ZAMBONI, M. **Marcadores sociais da diferença**. Sociologia: Grandes Temas do Conhecimento, 1, p. 14-18, 2014.